

JOSÉ NUNO MATOS

O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

DO EMPREGADO AO PRECÁRIO

Le Monde
diplomatique
EDIÇÃO PORTUGUESA

DERIVA

série LEITURAS

TÍTULO O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO: DO EMPREGADO AO PRECÁRIO
AUTOR JOSÉ NUNO MATOS

COORDENADORES DA COLEÇÃO BRUNO MONTEIRO E NUNO DOMINGOS

ISBN
978-989-8701-12-1

REFERÊNCIA
1510002

FORMATO
12x19 cm

1ª EDIÇÃO
ABRIL 2015

1ª EDIÇÃO
DEPÓSITO LEGAL

390283/15
IMPRESSÃO

RAINHO & NEVES, LDA.

DERIVA EDITORES
TELF 00351 22 536 51 45
EMAIL infoderivaeditores@gmail.com
derivaeditores.blogspot.pt
derivadaspalavras.blogspot.pt

Esta edição é uma parceria entre a Outro Modo, Cooperativa Cultural e a Deriva Editores.

Reservados todos os direitos. Esta edição não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo electrónico, gravação ou outros, sem prévia autorização da Editora.

© Le Monde Diplomatique, 2015

© Deriva Editores, 2015

O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO DO EMPREGADO AO PRECÁRIO

O presente livro é uma história dos discursos sobre quem trabalha. Esta reflexão é realizada a partir da análise das mudanças políticas, económicas e sociais que se verificaram em Portugal nos últimos 65 anos. Ao longo deste período, o país atravessou diversos períodos marcantes, entre as quais a alteração do regime político, em 1974, ou a adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986. Sem descurar a importância destes marcos históricos, o nosso trabalho pretende identificar uma linha de evolução contínua de racionalidades económicas e respetivas categorias de definição da empresa e do trabalhador. A partir da análise do discurso publicado em revistas académicas, de gestão de recursos humanos ou ainda nas redes sociais online de empresas de trabalho temporário, o objetivo deste trabalho reside na análise dos modelos que devem orientar a configuração de trabalhadores e gestores, bem como em que medida é que estes modelos refletem os interesses económicos das empresas.

Introdução

*Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário*

“O operário em construção”,
Vinicius de Moraes

A presente obra versa a configuração do trabalhador. Parte assim do princípio que o trabalho é objeto de uma construção – de um *tornar-se* – e não de uma essência – de um *ser*. Procuramos trazer à luz este *tornar-se*, compreendendo-o como parte de uma dinâmica mais lata: a sua inscrição nas mudanças do capitalismo ao longo da segunda metade do século XX, tendo como base de observação a sociedade portuguesa. O mundo social é objeto de processos de modulação e, no seu interior, um dos mais decisivos é o *ensaio da produção daqueles que produzem*. O plano analítico deste estudo concentra-se nas mudanças que conduziram a novas formas de trabalho e de gestão, crescentemente baseadas na aplicação de elementos intrínsecos à condição humana – as suas ideias, a sua imaginação, a sua criatividade, a sua emotividade. A atribuição de um valor económico a estes traços que poderemos designar por imateriais assinala, na nossa hipótese, a maior aspiração de um ensaio de transformação cada vez mais sofisticado, cujos contornos serão aclarados ao longo do livro.

Analisa-se o caso português, sem se deixar, todavia, de atender à inserção do país num quadro mais vasto, cuja compreensão exige um regresso a algum pensamento relativo

ao advento das sociedades industriais, sob o olhar de alguns dos seus mais eminentes teóricos, em particular as tradições erguidas a partir de Marx e Weber. No período precedente, os produtos eram fruto de receitas artesanais com vista à satisfação de necessidades próprias ou de próximos. Não estávamos assim perante uma mercadoria, uma vez que esta extrapola o domínio do que Marx designou de *valor de uso*. Consistindo, *ad initio*, numa coisa, num objeto exterior, a mercadoria revelará a natureza do capitalismo enquanto relação, ao passar a definir todos os mais básicos elementos que alimentam a máquina produtiva, inclusivamente quem nela trabalha.

A apropriação de terras e a abolição das corporações artesanais irá impor ao trabalhador o êxodo para as cidades, onde dois destinos se lhe aguardam: ou a vagabundagem ou a fábrica. Sob as ordens de uma entidade superior, o trabalho sofre mudanças radicais, passando, em todos os momentos, a ser definido conforme o *valor de troca* dos seus resultados. O fator que passa a imperar não é o produto e as suas qualidades, mas sim a sua capacidade de se vender no mercado. O trabalho passa assim a apresentar um duplo carácter: *valor de troca* para o trabalhador e *valor de uso* para a unidade produtiva.

No entanto, ao contrário de outras matérias consumidas na produção, o trabalhador não se apresenta como um simples ingrediente, à semelhança de um qualquer pedaço de carvão ou aço que, assim que integrados no processo de produção, cessam de existir na sua forma originária. O que o empresário compra ao trabalhador não é “materializado num produto; não existe, em nenhuma forma, fora dele; na verdade, apenas existe potencialmente, enquanto sua capacidade. Apenas se torna real quando solicitado pelo capital [...]. Assim que colocado em movimento pelo capital, este valor de uso existe enquanto atividade especificamente pro-

ductiva do trabalhador; é a sua própria vitalidade, dirigida a um objetivo específico e, portanto, exprimindo-se de uma dada forma” (Marx 1993, 267).

A designação de *trabalho vivo*, por comparação à do *trabalho morto*, perpetuado pela máquina, remete exatamente para esta *vitalidade*. Uma qualidade que, por um lado, pressupõe uma condição de “*absoluta pobreza*: pobreza não como falta, mas como total exclusão de riqueza objetiva”, mas que, por outro, carrega em si a “*fonte viva do valor*”, necessária à criação do mesmo (*idem*, 296). Ao vender esta força, o operário não dispensa um momento, uma competência, mas todo um conjunto de potencialidades contidas em si, a serem geridas por outrem. Mais do que por uma lógica distributiva, a produção de valor é determinada por uma estrutura que, como nos descreve Moishe Postone, não se caracteriza apenas pela concentração da propriedade numa minoria, mas pelo facto de a mesma, desde o seu primeiro momento, ditar a forma e o fazer do *trabalho vivo* (Postone 1993, 126). A dialética em questão, antes de opor o trabalhador ao empresário, confronta o trabalhador consigo próprio. A impossibilidade de se separar o trabalho do capital, tradicionalmente definidos enquanto realidades antagónicas, decorre da passagem da *mais-valia absoluta* a *relativa*. Nos primórdios da industrialização, a produção de *mais-valia* dependia da extensão do tempo de trabalho, sem uma intervenção direta nos meandros do processo por parte do proprietário. A limitação dos horários de trabalho por barreiras físicas e morais acaba por conduzir à introdução de mudanças operativas ao nível da sua organização. A ideia é conseguir elevar a força produtiva do trabalho a um ponto em que o aumento da exploração da força de trabalho deixa de ser incompatível com salários mais elevados e horários mais reduzidos. O poder do proprietário sobre o operário deixa assim de se basear, como referimos,

numa relação de autoridade meramente formal. As condições técnicas e sociais do trabalho, não só os rendimentos, passam a ser geridas por *outrem* que não o trabalhador. A subordinação torna-se *real*, dado que já não é apenas a propriedade que o confronta, mas o próprio trabalho. Um momento que, segundo Marx, assinala “a *transformação do trabalho* (enquanto atividade livre, intencional) em *capital*” (Marx 1993, 308).

Preocupado com a compreensão teórica da estrutura de produção capitalista como um todo – a resposta ao «porquê» – Marx acabou, todavia, por dedicar uma menor parte dos seus estudos ao «como», ou seja, às estratégias utilizadas na integração e mobilização dos trabalhadores. Algo, que Max Weber explorou. Se o primeiro se concentra mais na formulação terapêutica, o segundo tende a enveredar por um diagnóstico mais aprofundado. Embora com base num paradigma distinto, que vê no capitalismo a expressão de uma modernidade racional e não esta mesma racionalidade como um *modus operandi* capitalista, as diferenças entre a sua abordagem e a de Marx são objeto de uma certa sobrevalorização, quase sempre baseada num suposto conflito entre *culturalismo* e *materialismo*. Com as devidas diferenças, evocando a comparação realizada por Karl Lowith, encontramos em ambos “uma análise crítica do homem na economia burguesa, baseada no reconhecimento de que a «economia» se tornou no «destino» humano” (Lowith 1982, 24). Para Weber, contudo, esse destino é menos comprovado pela relação de *mais-valia* do que pelas antinomias resultantes da aplicação da ciência no domínio social, tese apoiada pela distinção entre *racionalidade formal* e *material*. Ao instrumentalismo da primeira, expresso em “considerações de caráter numérico e calculável”, corresponde, no outro polo, a postulação valorativa da segunda, relativas a “exigências éticas, políticas, utilitaristas, hedonistas, estamentais, igua-

litárias ou outras quaisquer” (Weber 1971, 87). A diferença de cariz não supõe, à partida, uma relação inconciliável. O recurso a um tipo de *racionalidade formal* é, pelo contrário, a garantia da passagem dos princípios às práticas. A figura do operário que, despido da possibilidade de se inscrever no seu produto, se limitava a acompanhar a atividade da linha de montagem e do cronómetro representava, deste ponto de vista, o modo correto de se produzir. No entanto, à medida que o cálculo se torna na bitola orientadora do mais elementar fenómeno, a relação entre meios e fins tende a sofrer uma inversão. Fruto da “expropriação do trabalhador individual da posse dos meios de obtenção materiais”, o trabalho espelha esta inversão. A “submissão dos trabalhadores à dominação dos empresários”, expressão do “máximo de racionalidade formal no cálculo de capital”, representa uma “irracionalidade material específica da ordem económica” (*idem*, 140, 141).

Os critérios que presidem à atribuição da marca científica acabam por ser uma temática central da sociologia *weberiana*. À luz das diferenças entre o racional e o irracional (a fé, por exemplo), é a própria ciência, a sua autoproclamada objetividade e o seu papel na racionalização da sociedade que acabam por ser questionados. A descoberta das origens do racionalismo económico ocidental num pensar e viver religioso traduz aquilo que Martin Albrow designa por “exploração de uma dialética” (Albrow 2004, 104), uma das marcas do pensamento de Max Weber.

Nos vários ensaios reunidos em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o autor estabelece uma relação entre a vida fundada na ética protestante e o sucesso na economia capitalista. Ao contrário dos católicos, presos à oficina artesã, Weber notava nos protestantes uma vontade para a fábrica, a qual “reside indubitavelmente no facto de as peculiaridades espirituais inculcadas, nomeadamente pela

educação baseada na atmosfera religiosa da comunidade de origem e da casa paterna, terem determinado a escolha da profissão e a subsequente carreira profissional” (Weber 2010, 38). A causalidade entre espírito religioso e prática económica reside na inculcação de um dever, de uma máxima de vida e de uma vocação a exercer que, contrariamente ao catolicismo religioso, sacralizam o esforço no ganho.

O protestantismo parece corresponder, antes de mais, a um conjunto de práticas a aplicar no quotidiano, na vida de cada um, não dependendo de momentos excecionais de ocasião. A postura ascética diária e o trabalho surgem como paliativos espirituais de um destino já traçado, totalmente independente da prestação individual. Não garantindo a entrada no lar do senhor, a dedicação ao trabalho vem, todavia, confirmar a reserva, “pois este e só este afastaria as dúvidas religiosas e daria a certeza da condição de eleito” (*idem*, 139), materializando o legado de deus no mundo. A fé desempenha assim um efeito prático sobre a vida humana, sujeitando-a a um planeamento e organização, a um trabalho de “formação da sua «personalidade», no sentido formal e psicológico do termo” (*idem*, 146).

A criação deste estilo de vida terá óbvias repercussões sobre a esfera empresarial, ao ponto de se tornar difícil distingui-la da esfera religiosa. O recrutamento das operárias pietistas constitui um bom exemplo de um olhar racional que observa a sociedade a partir da inter-relação dos seus diversos componentes: “Ouve-se dizer com frequência – o que é confirmado pelas estatísticas – que se apresentam nesta camada as melhores oportunidades de uma educação económica. A capacidade de concentração mental, bem como a atitude fundamental de se sentir «responsável pelo trabalho», encontram-se aqui associadas com particular frequência a um rigoroso espírito de estrita economia, que entra em conta com o ganho e o seu montante, bem como

a um autodomínio e a uma sobriedade suscetíveis de aumentar o rendimento do trabalho” (Weber 2010, 61).

Weber não descurara, portanto, o sentido prático desta associação, ao ponto de defender a autonomização social dos valores em causa para lá do seu berço religioso. A racionalidade do empresário no processo de recrutamento de trabalhadores parece inscrever-se num pensamento que avalia e seleciona a pessoa com base no eventual contributo para a consecução de fins mensuráveis, sujeitos a um cálculo científico. Uma visão moral que, nas próprias palavras de Weber, correspondia “antes de mais, à conceção dos próprios capitalistas” (*idem*, 71). Neste sentido, o *ethos* protestante apenas assume importância pela perpetuação do *ethos* racionalista, não o contrário. No final, como veio a observar Karl Lowith, “o que começou como um meio de um fim religioso, serve agora outros objetivos profanos” (Lowith 1982, 50). A discrepância em relação às teses de Marx parece ser mitigada por uma visão de conjunto que, nos seus aspetos mais gerais, é coincidente com a do seu congénere alemão. Fosse pela razão ou pelo capital, pelo burocrata ou pelo capitalista, o indivíduo da sociedade moderna encontrava-se encerrado numa «jaula de ferro».

Para encontrar pontos de encontro entre Marx e Weber é útil recorrer a Gyorgy Lukács. A clara preponderância de um pensamento marxista na sua obra será complementado pelas considerações de Weber em torno do processo de racionalização da sociedade, do domínio estrito da produção ao jurídico. A partir do conceito de *feiticismo*, o qual remete para a ação de “produtos da cabeça humana [...], figuras autónomas, dotadas de vida autónoma e estando em relação entre si próprias e com os homens” (Marx 1990, 88), o autor atribui à relação mercantil um poder de *reificação* (Lukács 1974). Aquilo que resulta da relação entre pessoas adquire uma autonomia e um sistema de leis próprio, doravante

estranho aos seus reais criadores. Tal estranheza, segundo o filósofo Jason Read, não deriva necessariamente de uma crença – “no final do dia, poderá admitir-se que as coisas são «apenas coisas» e que o dinheiro é apenas papel; porém, atua-se e deve-se atuar, «como se» o valor fosse uma propriedade das coisas ou algo expresso em dinheiro” (Read 2003, 71). O desafio de Lukács era o de perceber o grau de extensão social deste nível de atuação compulsória.

A ausência de poder sobre os destinos e modo de realização da sua força leva a que o operário se veja confrontado com a sua própria operacionalidade. Aquilo que, a uma primeira observação, se resume à dissimulação dos resultados do seu trabalho, tende, porém, a alargar-se a domínios mais particulares. Teorizada por Frederick Taylor, a organização científica do trabalho, na aceção de Lukács, “penetra até à «alma» do trabalhador: até as suas propriedades psicológicas são separadas do conjunto da sua personalidade e objetivadas em relação a este para poderem ser integradas em sistemas racionais especiais e reduzidas ao conceito calculador” (Lukács 1974, 102). À semelhança da mercadoria, produzida para lá da consciência individual do trabalhador, também a reprodução do trabalhador decorre para lá de si. Doravante, não são apenas os frutos dos seus trabalhos que não são seus – ele próprio deixa de ser seu, tornando-se num “espetador impotente de tudo o que acontece à sua própria existência” (*idem*, 104).

A progressão da reificação, do produto ao produtor, é realizada mediante um processo de racionalização que se estende da fábrica ao tribunal. Sob influência weberiana, Lukács identifica o paradigma da organização científica do trabalho no domínio profissional, onde a contemplação de uma vida que se desenvolve à margem de qualquer poder decisório evidencia “os seus traços mais grotescos”, uma vez que “a própria subjetividade, ou seja, o temperamento, a

faculdade de expressão, se convertem num mecanismo abstrato” (*idem*, 115). Aquilo que separa o trabalho intelectual do manual apresenta um carácter meramente gradativo. De resto, ambos apresentam uma análoga *estrutura de consciência*, ativada pela lei da mais-valia e realizada pelo cálculo racional. De formas distintas e com funções especificadas, não deixam de ser parte de uma mesma *totalidade*, na qual “cada momento particular do sistema possa ser produzido, previsto e calculado exatamente a partir do seu princípio fundamental” (*idem*, 133). A mercadoria e a sua lei contêm na sua evolução uma lógica universalista que envolve a *subjetividade* num conjunto de *relações objetivas*.

Todas as classes, sem exceção, encontram-se integradas no seio destas relações. Compondo uma força e uma relação social, na qual se inclui o trabalho, o capital não se resume ao conjunto dos empresários individuais. Estes, fragmentados, “não têm qualquer perspectiva de conjunto da função social da sua atividade nem se preocupam com isso, de forma a que o princípio social, a função social do capital se realiza sobre as suas próprias cabeças” (*idem*, 78). A subsunção a mecanismos exteriores é, à semelhança dos seus trabalhadores, um traço definidor da sua condição; a diferença residirá sempre no cariz mais ou menos privilegiado da posição social ocupada. A limitação do seu poder, segundo Lukács, é visível na defesa de uma economia planificada por parte dos seus quadros mais esclarecidos. A intervenção sobre os desequilíbrios do mercado (leia-se, da atividade «livre» e não coordenada de empresários individuais) é sintomática da confissão de que “perdeu irremediavelmente a força para dirigir” (*idem*, 82). O que aparentemente poderá ser sinal de uma disfunção da *totalidade* traduz, na verdade, a sua capacidade *homeostática* de tudo mudar sem que nada mude.

Um novo *estado-maior da indústria*, composto por uma panóplia de burocratas e gestores, surge com a missão de

impedir os industriais de sabotar os seus próprios intentos, salvando-os de si próprios e da gestão ruinosa que preconizam. A consolidação do poder de um grupo como o dos engenheiros deve-se à intervenção do capital financeiro, cuja relação com este tipo de técnicos era mais pacífica. A um certo ponto da história, reunir investimento para uma empresa passou a implicar a satisfação de critérios de rentabilidade, entre os quais a confiança da gestão da produção a alguém devidamente habilitado (Veblen 1971). Não é coincidência, portanto, que inovações organizacionais como a linha de montagem ou, mais tarde, o grupo de trabalho semiautónomo, tenham partido de engenheiros e psicólogos e não de proprietários. São estes, na prática, que introduzem a moderna gestão de trabalho, procurando gerar as *relações na produção* necessárias a *relações de produção* mais infalíveis (Burawoy 1982). Esta indispensabilidade deriva da indeterminação inerente à relação entre força de trabalho e capital.

Os contornos com que se tece a *subjetividade* não parecem coincidir por inteiro com a abstração quer das teorias organizacionais, advogadas da quase naturalização da relação entre indivíduo e empresa, quer do romantismo crítico de Lukács, confiante num herói messiânico que, um dia, virá salvar o trabalhador da jaula totalizante em que se encontrava preso. A justiça que tal analogia possa fazer ao trabalho realizado na fábrica do século XX não abrange o trabalhador, reduzido à impotente figura do encarcerado. Num sentido oposto, argumentamos a fiabilidade de tais processos, sujeitos tanto a retrocessos como a avanços que traduzem, respetivamente, o confronto e a resposta ao antagonismo da força de trabalho. Como tal, a abordagem do *Fordismo* enquanto modelo de trabalho e de cidadania não terá qualquer sentido se separado da análise de um *poder operário*. Não nos referimos apenas à organização em sindicatos, mas a uma vasta composição de atos e táticas

desde baixo, como por exemplo, a sabotagem ou, no caso específico da Ford, um absentismo em massa. O aumento de salários e de regalias associadas é, neste sentido, a resposta produzida pelo empresário perante o confronto, espontâneo e/ou organizado, dos trabalhadores.

Na mesma linha, talvez se possa afirmar que as propostas gestonárias formuladas por Elton Mayo visam o enquadramento daquilo que James Scott designa por *infrapoder*, manifesto de forma oculta e invisível a um olhar superior (Scott 1990). Ao estabelecer contacto com os operários da fábrica de Hawthorne, Mayo deparou-se não com uma organização, mas com duas. À margem da empresa construída a partir do dito organigrama, existia uma outra empresa, a dos operários, formada por vínculos que não os estabelecidos pela administração, mas que, todavia, compunham a infraestrutura produtiva. A política das «relações humanas» visa, num primeiro momento, procurar compreender esta dinâmica subterrânea, para depois, nuns casos, aproveitar a sua potencialidade, noutros, eliminar tendências contraproducentes. Até então, evocando a terminologia de Michel Foucault, a produção obedecia à matriz mais lata de um *poder* baseado na relação direta entre subordinação e produção, a que Foucault designou de disciplinar, ou seja, na convicção de que a constituição da pessoa “como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...]”; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (Foucault 1975, 30). Antes de Foucault, já Weber havia mencionado o “exercício *pacífico* do poder de disposição” (Weber 1971, 62) ao serviço da gestão económica, no qual se incluí “a possibilidade – efetiva ou alguma forma garantida – de dispor sobre a própria força de trabalho” (*idem*, 40). Uma noção presente no conceito de *dispositivo*, proposto mais tarde pelo filósofo francês, o conjunto heterogéneo de técnicas,

utensílios, medidas, leis, formas arquitetônicas ou até discursos, todos eles investidos de uma capacidade produtiva. Sob a intervenção dos diversos dispositivos disciplinares, como salienta Foucault, o indivíduo “é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos” (Foucault 1975, 179). Torna-se assim evidente o quão “os dois processos, acumulação de homens e acumulação de capital, não podem ser separados; não teria sido possível resolver o problema da acumulação de homens sem o crescimento de um aparelho de produção capaz, ao mesmo tempo, de os manter e utilizar; inversamente, as técnicas que tornam útil a multiplicidade cumulativa de homens aceleram o processo de acumulação de capital” (*idem*, 222).

A ideia de *dispositivo* permite-nos ultrapassar a concepção clássica e jurídica de poder, descrito enquanto realidade centrípeta, passando-o a analisar como uma realidade difusa, exercida por uma panóplia de agentes e instituições. Tão importante quanto analisar a sua distribuição é considerar o seu modo de exercício, doravante afastado das formas tradicionais de prescrição. Dotado da capacidade de se fazer obedecer pela disposição e não pela repressão, o poder assume-se enquanto *governamentalidade*, não governando contra os indivíduos, mas sim através dos indivíduos. Ele, de acordo com a formulação de Foucault, “opera na esfera da potencialidade aonde vem inscrever o comportamento dos sujeitos atuantes: provoca, induz, desvia, facilita, torna mais ou menos possível; no limite, constringe ou previne em absoluto; contudo, é sempre um modo de agir sobre sujeitos atuantes” (Foucault 1984, 313).

A relação entre autoridade e liberdade não se resume assim a um jogo de soma zero: a sua dependência é mútua, na medida em que a autoridade se efetua por via da categorização e delineação da liberdade que, contudo, não deixa de ser exercida. O conflito não é abolido, mas estudado e

aproveitado. No caso de se estender para lá dos limites do aceitável, deve suscitar uma mudança na forma de poder, funcionando como uma espécie de elemento avaliador da sua qualidade. As mudanças propostas por Elton Mayo vêm, exatamente, questionar a fixação, imobilização e regulamentação geradas pelo *poder disciplinar*. De facto, o diálogo entre trabalhadores poderia desencadear momentos tanto de conspiração como de organização e divisão de tarefas, muitas vezes com maior sucesso de que os modelos definidos a partir de cima. O aproveitamento destas sinergias corresponde nitidamente a um alargamento das possibilidades de ação do operário. Contudo, essa opção foi complementada pela dinamização dos dispositivos, ao ponto de fazer do próprio grupo de trabalho um elemento incentivador, regulador e avaliador do indivíduo. Como tal, ao aumento qualitativo da cooperação e empenho do indivíduo no processo de trabalho, agora dependente da comunicação e interação ao nível do grupo, corresponderá a mais requintada evolução dos dispositivos de subjetivação ao serviço das empresas. Ao ponto de alcançarem esferas da vida outrora pertencentes a um domínio privado.

As políticas de pleno-emprego *keynesianas* corresponderam, de certa maneira, ao macro correlato das mudanças desencadeadas no interior das empresas. O outro lado da moeda de uma maior participação teria, necessariamente, que ser preenchido por uma soma crescente de bem-estar e garantias. A coligação estratégica entre antigos inimigos e novos parceiros sociais renunciava a institucionalização de toda a vida social, até das suas facetas mais irascíveis. As ideologias, como defende o sociólogo norte-americano Daniel Bell, viram-se subjugadas pela indiferenciação dos interesses de classe, aliada à intervenção pública nos mercados. Resumiam-se assim a um bem de consumo de luxo, partilhado por uma intelectualidade de esquerda cres-

centemente afastada do curso da história: “A ironia, para os que procuram «causas», é que os trabalhadores, cujas reivindicações constituíram outrora o motor de transformação social, estão hoje mais satisfeitos com a sociedade do que os intelectuais. Não alcançaram a utopia, mas as suas expectativas eram menores que as dos intelectuais e as conquistas alcançadas, logo, relativamente maiores. [...] A ideologia, que por natureza é exigente e abrangente – o que, por temperamento, ele deseja – perdeu a vitalidade intelectual. Poucos assuntos podem ainda ser formulados, intelectualmente, em termos ideológicos” (Bell 1961, 399).

O prognóstico não é substancialmente diferente do proposto pela Escola de Frankfurt, representada por autores como Adorno, Horkheimer ou Marcuse. No entanto, talvez a falta de entusiasmo e a desilusão com o percurso tomado pela história levaram a escola alemã a encarar a ideologia como um problema sociológico e político, não como algo crepuscular.

A crise do Estado-Providência, iniciada na década de 70, veio reformular as bases de organização do trabalho e, logo, da própria subjetividade produtiva. O primeiro sinal surge em 1968, acionado por estudantes e trabalhadores mais jovens. Animados pelas revoltas camponesas em algumas regiões da periferia (Cuba, China, Vietname) ou pelas primaveras húngara e checoslovaca, a sua contestação atinge a raiz da trilogia trabalho – produção – consumo: não se trata apenas de ganhar mais ou menos, de ter mais ou menos benefícios sociais, mas da recusa de todo um modo de vida alicerçado em trabalhos homogêneos, repetitivos e pouco edificantes.

Os efeitos desta recusa, aliados à crise económica mundial, reforçam a ideia de uma reestruturação homeostática do sistema, em particular das suas relações laborais. Estas deviam acompanhar o que Boltanski e Chiapello denominaram de *novo espírito do capitalismo*, com as suas traves

mestra a nascer de “uma rutura com os anteriores modelos de controlo e uma assimilação das reivindicações de autonomia e responsabilidade anteriormente encaradas como subversivas” (Boltanski, Chiapello 2007, 191). Na nova economia *pós-fordista*, a autonomia, a inovação, o conhecimento e a criatividade já não definem o estudante insubordinado, o pintor surrealista ou o operário sabotador. Devem, sim, corporificar os traços dos novos trabalhadores.

A diminuição das barreiras à circulação de capitais e mercadorias, aliada a evolução das tecnologias produtivas, originou a diminuição dos empregos na indústria, retirando aos sindicatos uma grande parte das suas bases. A sua absorção foi realizada pelos serviços, área de produção cujo objeto – a pessoa, não a mercadoria – exige toda uma nova reconfiguração do trabalho e do trabalhador. À disciplina física dos corpos sucede a exigência de níveis superiores de cognição, cuja eficácia produtiva dependerá da sua livre fluidez e incentivo.

A flexibilização do trabalho e das suas formas de gestão é, porém, parte de um conjunto de reformas mais lato, orientado por um novo tipo de *paradigma*. O uso deste termo na análise do *neoliberalismo* surge como alternativa ao de *ideologia*, comumente utilizado na sua descrição. Embora possamos atribuir ao *neoliberalismo* um conjunto de representações e imagens da realidade, consideramos que o seu âmbito é bastante mais complexo e alargado. O seu objetivo, à semelhança do fordismo, não é espelhar a realidade de uma determinada forma, mas sim produzir a realidade a partir de baixo, começando pelo indivíduo. Só criando as condições sociais que possibilitem uma economia de mercado é que será possível enveredar pela sua desregulação. Esta dinâmica, como os últimos anos o comprovaram, não se resume, por um lado, a uma série de políticas e, por outro, a uma pretensa dialética entre Estado

e mercado. Trata-se, sim, nas palavras de Foucault, de elevar o estatuto de empresa, de simples instituição a “uma certa maneira de se comportar no campo económico” (Foucault 2004, 180), seja o ator Estado, organização não-governamental (ONG) ou trabalhador. O grau de investimento, risco, responsabilidade, inovação passam assim a qualificar a pessoa humana, servindo como base de legitimação do seu sucesso ou da sua falência.

O discurso: método e metodologia

A difusão de categorias como a de *empreendedor* ou de *capital humano* traduzem este projeto de *tornar a pessoa numa empresa*, agenciado pela interseção dos mais variados dispositivos, do contrato às operações de recrutamento e seleção. O objeto de estudo deste trabalho concentra-se neste tipo de técnicas, a analisar numa perspetiva quer genealógica, quer arqueológica.

A genealogia, segundo Foucault, pretende analisar “as condições de emergência de uma singularidade a partir de múltiplos elementos determinantes” (Foucault 2012, 70), constituindo uma alternativa a uma historiografia mais tradicional, concentrada na descoberta das leis que movem o curso da história. A atenção à positividade do particular não significa, todavia, a negação de relações estratégicas em que esse particular se encontra envolto. A genealogia é assim completada pela arqueologia, focada no estudo das regras “que atravessam obras individuais, que por vezes as governam inteiramente e as dominam sem que nada lhes escape” (Foucault 2005, 185).

Deste modo, importa regressar aos primeiros ensaios sobre reforma «humana» da empresa e dos trabalhadores em

Portugal. Este regresso poderá parecer dispensável, uma vez que não só se vivia sob um regime político distinto, como os contornos do seu objeto eram limitados a um público maioritariamente composto por empresários e gestores. A formação de produção de subjetividades trabalhadoras ocorre assim, *ad initio*, por via indireta, ou seja, através da prévia formação do gestor. A evolução das categorias do discurso da gestão acompanha um alargamento deste público, originado pelo aumento dos níveis de alfabetização e literacia e pela crescente importância que a linguagem, a comunicação e o raciocínio passam a ocupar na performance laboral. O discurso continua a ser feito por e para gestores; porém, os crescentes índices de participação dos trabalhadores nos meandros produtivos fazem com que eles próprios tenham de assumir a função de gestores.

Tal condição exige mudanças na forma de abordagem. Garantir uma maior pulsão produtiva, como mencionámos, exige uma outra forma de poder, mais preocupada em afirmar um certo tipo de *sim*, do que um *não*, ou seja, mais concentrada na orientação do que na repressão. É neste processo que o discurso adquire uma premência acrescida. Quando combinado com outros elementos, o discurso, nas palavras de Foucault, “descobre a possibilidade de limitar o seu domínio, de definir aquilo de que fala e, por conseguinte, de o fazer aparecer, de o tornar nomeável e descritível” (Foucault 2005, 72). Não se trata, sob a sua égide, de uma súbita mutação das características base de um dado objeto, como se o discurso conseguisse operar a mudança de cor ou de textura, mas sim na classificação dessas mesmas qualidades e na *rarefação e valorização dos seus sentidos* no que, no final, traduz uma relação de *saber e poder*.

Nos seus estudos sobre a idade clássica, Foucault deparou-se com uma relação inexorável entre um discurso racionalizante e o funcionamento de instituições como a

prisão ou o hospital psiquiátrico. A impossibilidade de se gerir um indivíduo sem se o conhecer nas suas diversas dimensões levou ao desenvolvimento de uma série de *dispositivos*, como estudos, relatórios, técnicas de registo e outros aparelhos de investigação. O *saber* conduz então a um *poder* consciente, tanto mais eficaz quanto mais investir no seu *saber*.

Quando as categorias que fazem do sujeito objeto de estudo e de intervenção passam a ser encaradas como a *verdade* é o próprio que se parece «render» ao que é apresentado como óbvio e irrefutável. O *assujétissement* identifica, precisamente, “este tipo de poder exercido sobre a vida quotidiana, que agrupa os indivíduos em categorias, nomeia-os pela sua individualidade, vincula-os à sua própria identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que têm de reconhecer e que outros têm de neles reconhecer” (Foucault 1984, 302). Existe assim um poder de *performatividade* contido no discurso, isto é, uma capacidade de tornar as suas categorias materialmente consequentes. O discurso, à semelhança de outras tecnologias, insere-se numa *economia política da verdade*, caracterizada “por cinco traços historicamente relevantes: a «verdade» centra-se na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; encontra-se submetida a uma constante incitação económica e política (necessidade de verdade tanto para a produção económica como para o poder político); é objeto, sob formas diversas, de uma imensa difusão e consumo (circula em aparelhos de educação ou de informação cuja extensão é relativamente ampla no corpo social, não obstante algumas estritas limitações); é produzida e transmitida sob o controlo não exclusivo, mas sim dominante de alguns aparelhos políticos ou económicos (universidade, exército, administração, meios de comunicação); finalmente, é o núcleo de todo um debate político e de todo um conflito social (lutas «ideológicas»)” (Foucault 1980, 188). A relação

entre o sujeito e a verdade adquire a sua derradeira forma no próprio sujeito, ou seja, quando este se dirige a si próprio como objeto de verdade, *cuidando de si* e encarando esse cuidar como um postulado ético.

Embora insista na não linearidade do processo de construção da *episteme*, constituindo esta um “espaço de dispersão, (...) um aberto e indubitavelmente indefinido e descritível campo de relações” (Foucault 1991, 55), Foucault tende a secundarizar o prisma de quem diz ou escreve, concentrando-se nas regras anónimas da formação discursiva. Aparentemente condenado a uma posição subalterna, o reconhecimento sociológico do discurso dos *sem poder* é enunciado na obra do linguista e filósofo russo Mikhail Bakhtin¹. Este autor coloca a linguagem na fronteira entre o individual – o *enunciado* – e o coletivo – o *género discursivo*. Se, por um lado, ela se realiza “na forma de enunciados concretos individuais (orais e escritos) por participantes nas várias áreas da atividade humana”, por outro, não deixa de se determinar pelas “condições específicas e os objetivos de cada área, não apenas em termos de conteúdo (temático) e estilo linguístico, isto é, a seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da linguagem” (Bakhtin 2007, 60).

O enunciado traduz o estilo individual de quem fala ou escreve, de quem faz da linguagem uma ferramenta ao serviço da sua expressão criativa e do seu desejo de fazer do mundo um objeto. Ao contrário da frase, o enunciado é dotado de significado, pressupondo a relação com um conjunto de elementos não gramaticais (a entoação, por exemplo), a inserção numa dada situação e a interação com outros enunciados. No entanto, e mesmo negando a lógica

¹ Na qual incluímos *Marxismo e Filosofia de Linguagem*, assinada por Volosynov, cientes, contudo, de que o debate em torno desta questão não se encontra encerrado.

exclusivista e prisional da relação significante-significado, a escolha de palavras não difere muito da seleção que se faz de um qualquer objeto ou instrumento, devendo ter em conta o sentido comumente atribuído. Não nos referimos a um escrutínio formal, que considera a linguagem a partir da “sua forma neutral, de dicionário”, mas sim de “outros enunciados” (*idem*, 87), isto é, do cariz *dialógico* e social da linguagem. O próprio enunciado, ao constituir e/ou pressupor uma resposta a outrem contém em si esta *dialogia*. Logo, por mais que se conceba um cunho individual da linguagem, este estará sempre preso a *gêneros discursivos*, “tipos de enunciados temáticos, composicionais e estilísticos relativamente estáveis” (*idem*, 64). Embora o seu uso ocorra, frequentemente, de forma inconsciente, não podemos falar de uma mera reprodução de gêneros discursivos, mas sim de um seu usufruto. Tal como o enunciado se adapta ao gênero, também este acaba por se adaptar ao interesse do sujeito emissor, sendo possível esconjurar o mais estandarizado gênero discursivo (formas de cumprimento social, por exemplo) através do simples investimento de um outro sentido (aplicar determinadas formas de cumprimento social desconforme as convenções que lhe assistem). A um domínio de um maior número de gêneros discursivos corresponderá então uma maior habilidade discursiva, manifesta na inter-relação de gêneros ou na sua junção num só e, conseqüentemente, numa “mais completa e clarividente a revelação da nossa individualidade através delas” (*idem*, 80).

Esta capacidade de manipulação dependerá, contudo, do grau mais ou menos formal do gênero discursivo. Neste sentido, o uso criativo será tanto menor quanto maior for a solenidade dos textos em causa (legislação, a título exemplificativo) e mais autoritária for a palavra. Munida de “sacrossantos e impenetráveis términos, esta palavra é

inerte e tem possibilidades limitadas de contactos e combinações. Esta é a palavra que retarda e congela o pensamento. A palavra que exige uma repetição reverente, sem mais desenvolvimentos. [...] Esta palavra expandiu-se a todo o lado, limitando, direcionando e retardando tanto o pensamento, como a experiência de vida” (*idem*, 132, 133). O processo de significação dialógico, por via do qual os signos vão adquirindo novos significados – aquilo que Volosinov designa de *criatividade ideológica* –, vê-se assim bloqueado. A dialética entre um discurso dialógico (*heteroglossia*) e monológico, entre quem assume a interpretação como ato de extrapolação de um texto para lá da intenção do autor e quem tenta fixá-lo a um sentido unívoco, traduz uma luta social travada em torno do signo: “O signo torna-se numa arena para a luta de classes” (Volosinov 1973, 23).

Mais do que uma simples contenda pelo conteúdo do signo, o que Bakhtin nos descreve é uma luta de contornos epistemológicos que opõe diferentes concepções relativas ao conhecimento e interpretação do mundo. Umas terão maior peso que outras, numa relação que se assemelha ao que Laclau e Mouffe designam de *hegemonia sem centro*. A partir do conceito *gramsciano*, os autores identificam na sociedade “um conjunto de efeitos totalizantes num complexo social aberto” (Laclau, Mouffe 2001, 103), ou seja, uma totalidade que, ao invés de se fundar num princípio unívoco, resulta de processos de *articulação sócio-discursiva*. Se a sociedade correspondesse a um centro cujas partes fossem construídas à sua imagem, então a articulação seria simplesmente desnecessária. A sua presença acaba por reiterar a ambiguidade do significante, a incompletude de toda a fixação discursiva, o cariz relacional de toda a identidade. É este *campo da discursividade*, aberto e polissêmico, que se torna objeto da prática de articulação, da “construção de pontos nodais que parcialmente fixam o significado; o cariz parcial

desta fixação devém da abertura do social, um resultado, por sua vez, do constante transbordar de cada discurso pela infinitude do campo da discursividade” (*idem*, 113). O que faz com que as origens de um seu antagonismo não dependam de uma gigantesca figura messiânica, limitando-se a assinalar as limitações inerentes à totalidade. Sobrestimar os efeitos destes pontos nodais sobre a vida das pessoas seria, no entanto, tão grave quanto sobrevalorizar o papel que a sociedade exerce sobre o indivíduo.

§

A presente investigação não reside tanto numa análise com base na linguística e na semiótica, centrando-se antes na relação entre discurso e sociedade. Em termos práticos, esta opção tende a secundarizar o texto e/ou a imagem, em nome da interação de instituições, práticas e sujeitos. O nosso estudo compreende assim uma metodologia que visa a identificação de pontos que atravessam os vários discursos (*arquivo*). Não o cumpre, porém, mediante uma observação isolada, visando antes “todo esse domínio de instituições, dos processos económicos, das relações sociais nas quais uma formação discursiva se pode articular”, demonstrando como “a autonomia do discurso e a sua especificidade nem por isso lhe dão um estatuto de pura idealidade e de total independência histórica” (Foucault 2005, 213). O discurso será, certamente, considerado a partir da sua forma, mas sempre com base na *regime de verdade* em que se insere, em quem o reproduz e em que âmbito é que o faz.

O ensaio de compreensão das origens das atuais concepções sobre o trabalho e os trabalhadores levou-nos a recuar a finais da década de 40, durante o período do Estado Novo. Sem ignorar a natureza autoritária do regime

então prevalecente, não é no registo de um olhar dirigido a partir de cima, capaz de observar as grandes estruturas, nem a partir de baixo, remetido ao vislumbrar do indivíduo isolado, que se desenvolve este trabalho. É, pelo contrário, na atenção aos interstícios, aos pequenos eventos protagonizados por figuras históricas ditas menores. Tampouco procuramos na história o traçar de uma linha unívoca, sem quaisquer incoerências e contradições, à luz das quais se torna possível encontrar heterogeneidades naquilo que supostamente era uno. Como tal, identificamos a existência de lógicas e racionalidades que se desenvolvem à margem do regime político (sem a ele se oporem, necessariamente) e que se manifestam numa série de revistas, congressos, relatórios e artigos científicos, responsáveis pela definição de novas categorias e conceitos em torno da empresa e do trabalhador.

A heterogeneidade das fontes sobre o surgimento, a consolidação e a institucionalização deste discurso poderá ser ilustrado pelas menções contidas em textos com origens institucionais distintas, o que indicia a existência de um discurso que atravessa diversas instituições, públicas e privadas. No preâmbulo de *Situações e Problemas do Corporativismo*, por exemplo, obra de Adérito de Seda Nunes que inaugura a Coleção de Estudos Corporativos, organizada pelo Gabinete de Estudos Corporativos, o autor compila dois estudos de “índole distinta e temas díspares”: um artigo publicado na Revista do Gabinete de Estudos Corporativos e o texto de uma conferência realizada no I Curso de Formação Social para Engenheiros, promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) (Nunes 1954, 7).

Décadas antes do período a que o nosso estudo se reporta, as revistas *Indústria Portuguesa* e *Indústria do Norte*, respetivamente editadas pela Associação Industrial Por-

tuguesa (AIP) e Associação Industrial do Norte (AIN), já contavam com artigos em que se abordavam os problemas da racionalização e dos sistemas de remuneração (Lima 1982, 1312). A par de reportagens realizadas junto das empresas que possuíam os métodos de produção mais avançados, estas publicações reúnem peças assinadas por técnicos nacionais e estrangeiros (engenheiros, em particular), bem como resumos de intervenções realizadas em conferências e simpósios, alguns dos quais organizados pelas próprias associações industriais. Este interesse revela o elevado nível de formação da reduzida elite industrial portuguesa, a qual, segundo o sociólogo Hermínio Martins, era superior às de países com níveis de desenvolvimento semelhantes, como a Espanha (Martins 1998, 108)².

A partir de finais da década de 50, a imprensa das associações industriais dedicará um espaço cada vez maior a dois géneros discursivos: em primeiro lugar, o noticiário do trabalho de formação realizado por alguns organismos então fundados – como por exemplo, o Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII), de cariz público, ou a Comissão de Produtividade da AIP (COPRAI) –, em geral da autoria dos próprios quadros; e, em segundo, artigos científicos na área da economia, da psicologia social ou da sociologia. Uma linha que, citando um editorial de 1970, tem como propósito fundamental “o de abrir caminho, pelo estudo, pelas reformas adequados e pelo trabalho pertinaz, a um destino mais próspero da comunidade portuguesa” (IP 1970, 315). A concretização de tal destino conduzirá a uma relação cada vez mais próxima entre associações empresariais, institutos de apoio à atividade industrial e gabinetes de estudos.

Em 1949, é criado o já mencionado Gabinete de Estudos Corporativos, organismo público integrado no Centro

² Uma grande parte dos industriais pertencentes à direção da AIP era formada em engenharia.

Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa cuja atividade incluirá, um ano depois, a edição de uma revista homónima. No editorial do número inaugural, o diretor José Pires Cardoso salienta aquele que seria o principal objetivo da publicação: “organizar e cumprir um plano de realizações imediatas, com vista à disseminação de um ideal corporativo e à elaboração doutrinária, promovendo esta por todos os meios possíveis, nomeadamente o incentivo ao estudo dos problemas corporativos, nos vários domínios do social, do económico, do jurídico, do político e do moral” (Cardoso 1950, 2).

O desenvolvimento de trabalhos doutrinários e científicos cobrirá diversas áreas temáticas, entre as quais a reforma de empresa e a «humanização» das relações laborais (Cardoso 2012, 2). Do seu grupo de colaboradores, formado por investigadores como Raul da Silva Pereira, Mário Murteira, Alfredo de Sousa, Maria Manuela Silva ou Mário Cardoso dos Santos (Nunes 1988, 48), alguns dos quais com ligações à JUC, destaca-se Adérito Sedas Nunes. Após breve passagem pela direção do Centro de Estudos Sociais e Corporativos, Sedas Nunes viria a ser o principal responsável pela fundação, junto do ISCEF, do Gabinete de Investigações Sociais (GIS) em 1962. A formação deste novo centro de estudos é marcada, por um lado, por uma descrença no corporativismo, face à sua incapacidade de tornar os seus princípios minimamente consequentes e, por outro, pela procura de uma maior *autonomização científico-institucional* (Ágoas 2010, 35). A vontade de colocar a revista *Análise Social*, editada pelo GIS, ao serviço menos do proselitismo do que da investigação em ciências sociais não impediu, segundo o próprio Sedas Nunes, que os seus redatores viessem a fazer dela “o que queriam fazer e de que o Regime ainda menos gostava. Juntos, insisto, não formavam um grupo político; mas a revista que quiseram

e fizeram tinha um intuito político” (Nunes 1988, 17). O trabalho então empreendido veio a funcionar simultaneamente como “instrumento de investigação e de produção de conhecimentos”, mas igualmente enquanto “utensílio do mais correto e completo equacionamento de problemas sociais” (*idem*, 38), princípio à luz do qual vários artigos serão editados ao abrigo de acordos de cooperação com instituições como o INII ou o Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-obra (FDMO). A nível da empresa e das relações laborais, a defesa do princípio de *colaboração* entre empresa e trabalhadores estará presente desde o número inaugural, se bem que com ressalvas críticas às representações das «relações humanas (Nunes 1963, 113). O trabalho e as suas relações coletivas constituiriam, aliás, uns dos principais temas abordados pela *Análise Social* entre 1963 e 1984, período que abrange o pós-25 de abril, durante o qual vários estudos sobre o *movimento de Maio* serão publicados (Lima, Rodrigues 1987, 128).

Reflexo de um desinteresse que, por distintas ordens de raciocínio, é partilhado por sindicatos e empresas, os avanços no mundo da gestão de Recursos Humanos (RH), mesmo num contexto de abertura democrática, são inicialmente poucos, não obstante a instituição de cadeiras em alguns cursos, a criação de organismos públicos, como o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em 1979, e a obra de divulgação realizada pela Associação Portuguesa dos Gestores e Técnicos de RH (APG)³. Fundada em 1963, a então Associação Portuguesa dos Diretores e Chefes de Pessoal nasce da iniciativa de quadros de grupos como a

³ A par desta será criada a Associação Portuguesa de Management (1977), reunindo figuras próximas da APG como Raúl Caldeira. Para a sua história ficará a realização de diversos encontros e congressos, bem como a publicação de duas revistas – o *Executivo* (1986) e a *Gestores* (1995) – com poucos números editados.

CUF do Barreiro (Raúl Caldeira), a SACOR (Henrique Santa Clara Gomes), a SONAP (Pedro Cabo Fernandez), a Central de Cervejas (Manuela Mota e Cláudio Teixeira), a Lisnave (Manuel Bidarra) ou a Tabaqueira (Manuel Tavares da Silva), pretendendo responder, segundo o então presidente Raúl Caldeira, à “*falta de ligação entre os profissionais da área do pessoal*” (*apud* APG, Venda 2004, 10). Sem sede, o grupo reunia ou nas empresas em que os seus dirigentes trabalhavam ou no INII, organismo classificado como sendo “*um bocado talvez contra a coisa dominante...*” (*idem*, 19). Entre o trabalho desenvolvido pela associação, podemos nomear a realização de vários encontros nacionais, dedicados a temas como a função pessoal ou a participação na empresa, e, a partir de 1975, a edição da *Pessoal*. Inicialmente sob a forma de boletim, a publicação reúne traduções de revistas estrangeiras, artigos da autoria dos seus membros e os textos das intervenções nos vários colóquios organizados pela associação. A sua produção sofrerá várias interrupções e remodelações, com destaque para a mudança de formato em 1983, integrando um grafismo próprio de uma revista e uma maior diversidade de secções: entrevistas, análise de legislação, notícias sobre o mundo do trabalho e sugestão de livros. Poucos anos depois, em 1987, o IEFP lançaria uma outra publicação, a *Dirigir*, igualmente dedicada ao “aperfeiçoamento do trabalho dos quadros” (Cardim 1987, 3). Como se poderá ler no editorial do número zero:

“Tentaremos [...] contribuir para a resolução de um problema «histórico» da sociedade portuguesa: a permanente divisão entre teoria e prática, entre os que têm uma grande formação não prática e os que apenas têm a prática, entre os que têm uma grande formação não prática e os que não têm a prática como formação. De facto as empresas precisam destas duas componentes desde que «casadas» harmoniosamente! Uma teoria desligada da prática conduz a sonhos megalómanos, sem qualquer realidade, que tantos problemas têm causado ao País!

Mas, uma prática sem teoria conduz ao permanente «desenrascanço sem visão em sem futuro, de iguais consequências» (*idem*, 3).

Este «problema histórico», diagnosticado pelo diretor José Cardim, responde parcialmente à questão do reduzido número de publicações na área da gestão dos RH. De facto, será apenas em finais da década de noventa que se verificará a criação de uma terceira revista de especialidade, a *RH Magazine*, acompanhando assim a tendência de emergência e consolidação do jornalismo económico e dos grandes grupos de comunicação social em Portugal (Martins 2007, 66). Em 2002, após uma paragem de três anos, a *Pessoa* passaria a ser distribuída gratuitamente aos sócios e vendida em banca. O alargamento do seu leque de consumidores implicará mudanças na linha editorial, aliando peças de cariz lúdico (recensões de livros e de cinema, por exemplo) aos habituais artigos de natureza técnica.

Será, contudo, a internet a revolucionar os meios de divulgação e o próprio discurso desta área. Mais do que por razões financeiras, o seu sucesso resulta da garantia de uma maior versatilidade de serviços a uma audiência mais lata, não apenas composta por gestores ou outro tipo de profissionais especializados. As mudanças operadas no mundo do trabalho, em particular o aumento das qualificações e das competências dos trabalhadores e a precarização das relações contratuais, suscitaram o aparecimento de novos serviços, como sítios temáticos disponibilizados por meios de comunicação social (como o *Isabe*, do jornal *i*) ou portais de emprego – o *Sapoemprego* ou o *Expressoemprego*, a título de exemplo. Sob a forma de «guia» ou de «dicas», os artigos interpelam diretamente o candidato e/ou trabalhador, apresentando um tamanho menor e uma linguagem menos técnica.

O recurso a redes sociais, como a página de Facebook da empresa de Randstad-Portugal, representa a tentativa

de aprofundamento deste diálogo. Além de se basear na intersecção de meios – do vídeo ao texto – e de possibilitar o acesso a uma diversidade de géneros discursivos é o próprio dispositivo, usado entre «amigos» e «fãs», que o torna num símbolo charneira deste novo *ethos* capitalista. A sua relevância encontra-se para lá da eficiência técnica, com funções ao nível da avaliação e monitorização e do fomento de uma sociabilidade *online* entre gestores, trabalhadores, candidatos e meros interessados. Reconhecidas estas possibilidades (e também as limitações) torna-se possível fazer do Facebook um espaço de observação – sem que, contudo, se registre uma participação ativa no mesmo, enquanto *lurker*⁴ (Hine 2000) – e análise de diversos artigos de imprensa, entrevistas, anúncios de emprego e dos comentários produzidos em seu torno.

De revistas especializadas às redes sociais, dos *colaboradores* – categoria já presente na RGEc – aos *fãs* – expressão usada pela Randstad-Portugal na designação dos utilizadores da sua página – a nossa investigação propõe-se a realizar, nas palavras de António Hespanha, uma “história das categorias, dos sentidos comuns, mais gerais ou mais locais, que comandavam os cálculos pragmáticos” (Hespanha 2003, 839), algo que assume especial premência face à auto-evidência e neutralidade dos discursos na área da gestão dos Recursos Humanos (Alvesson, Willmott 1992).

⁴ Observador não participante dos diálogos e interações nas redes sociais.